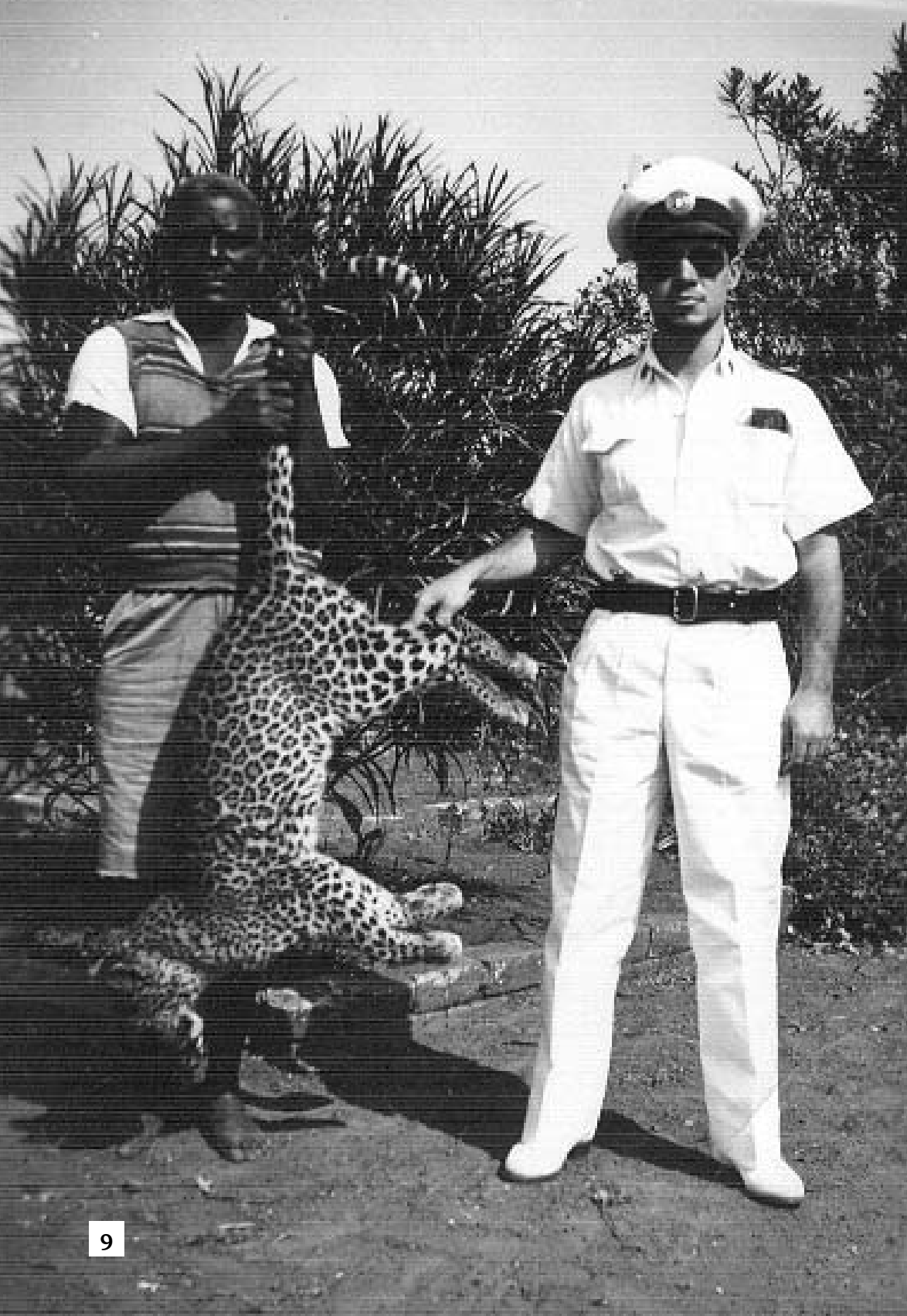






Entrevista

ANTÓNIO RITA FERREIRA
**Salazar sempre quis fazer
uma colonização barata**



António Rita Ferreira

“Salazar sempre quis fazer uma colonização barata”

Entrevista conduzida por **Maciel Santos***

20 de Fevereiro de 2011

Autoridades administrativas e tradicionais coexistiram na África colonial. António Rita Ferreira conheceu-as e estudou-as directamente. A sua carreira na Administração Civil desde 1942 (ver mapa e quadro) permitiu-lhe uma invulgar percepção das realidades moçambicanas, que desenvolveria especialmente como historiador e etnógrafo.[#]

Esta entrevista inclui apenas uma pequena parte das muitas temáticas abordadas ao longo de várias conversas e centra-se em algumas particularidades da carreira administrativa, bem como na sua relação com as autoridades tradicionais.

[#] Da sua vasta bibliografia destacam-se: *Bibliografia Etnológica de Moçambique (Das origens a 1954)*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, 254 pp.; *O Movimento Migratório de Trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Estudos de Ciências Políticas e Sociais/n.º 67, 1963; *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (até c. 1900)*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical (Estudos, Ensaios e Documentos), 139, 1982 (galardoado pela Academia de Ciências de Lisboa); *Fixação Portuguesa e História Pré-colonial de Moçambique*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical (Estudos, Ensaios e Documentos), 142, 1982 (galardoado pela Academia de Ciências de Lisboa); *Moçambique e os Naturais da Índia Portuguesa*. In: “Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa”, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985.

A entrada no quadro administrativo – “Mas o que é que na altura sabíamos sobre Moçambique? Nada!”

Maciel Santos (MS) – *Quando concorreu ao quadro administrativo, tinha recebido alguma preparação especial para esse efeito?*

Rita Ferreira (RF) – Ninguém recebia preparação especial para ingressar em qualquer serviço público. Salazar tinha como dogma a uniformidade em todo o Império Colonial, o que implicava ter os *curricula* do ensino secundário também

uniformes. Quando acabávamos o 7.º ano, nada sabíamos sobre a colónia, embora soubéssemos as estações de caminhos-de-ferro da linha do Douro, os afluentes do Tejo, etc. Pior ainda, só depois de os livros serem seleccionados aqui é que as livrarias de lá os encomendavam, o que fazia que chegassem sempre tarde. Como só havia transportes marítimos, chegavam quando já o ano escolar ia adiantado.

Tratei esse assunto num estudo em inglês que publiquei na Universidade da Covilhã¹, que agora estou a reescrever em

¹ RITA FERREIRA, A. *African Education in Colonial Mozambique*, Universidade da Beira Interior.

* Colaboração de Manuel Severino Tschimbwembwe – CEAUP.



A. Rita Ferreira
A carreira administrativa em
Moçambique (1942-1974)

Fonte: NGS Atlas of the World, NG, 1981

A carreira administrativa no terreno – principais postos:

Aspirante:

- Circunscrição do Mongincual
- Circunscrição do Barué
- Circunscrição de Marromeu
- Circunscrição de Quelimane

Inspecção do Trabalho

- Ressano Garcia

Administração Civil

- Lourenço Marques

Chefe de Posto:

- Lioma (Gurué)

Secretário da Administração:

- Circunscrição de Macanga
- Circunscrição de Homoíne
- Circunscrição da Beira

Direcção dos Serviços de Administração Civil:

- Lourenço Marques

português. Nele acentuei o erro que se cometeu em conceder à Igreja Católica o monopólio do ensino indígena.

MS – *Como ingressou no quadro administrativo?*

RF – Quando acabávamos o liceu, ficava à escolha de cada um, ou de acordo com as possibilidades de cada um. Para os mais ricos, era fácil, mas não para um pai que trabalhava como maquinista no cais [de Lourenço Marques]. O meu pai, que não podia sustentar dois filhos a estudar em Portugal, disse-me logo que acabei o 7.^o ano que a sua missão tinha terminado. Todos os dias me repetia: “*A minha missão já acabou, agora governa-te, não estou para te sustentar!*” A título de aperfeiçoar os meus conhecimentos de dactilografia, fiz um estágio de seis meses, sem vencimentos, na Repartição de Fazenda.

A admissão no chamado “Quadro Administrativo”, como simples aspirante interino, teve a sua história. Ambos os meus avós paterno e materno desembarcaram em Lourenço Marques cerca de 1900. O avô materno mandou vir a sua mulher e uma filha com alguns anos de idade. Era elevada a mortalidade por doenças tropicais e, infelizmente, passados apenas quinze dias, a mãe veio a falecer com uma *perniciosa*, forma maligna de malária. O pai, viúvo, e chefe de uma das estações da nova via-férrea para o Transvaal, não podia cuidar da menina por estar longe de Lourenço Marques. Foi um tio com 25 anos que se ofereceu para tratar da pequena órfã, que mais tarde seria uma das primeiras alunas internas do Colégio Rainha D. Amélia. Esteve presente à visita real feita em 1907 pelo Príncipe herdeiro D. Luís. Uma das outras alunas era da família Ferraz de Freitas. A amizade das duas prolongou-se durante a vida inteira. A minha nomeação como aspirante inte-

rino foi devida ao pedido feito por minha mãe ao Afonso Ferraz de Freitas, que chefiava a secção de Pessoal, na Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Lourenço Marques.

MS – *Foi então nomeado para o seu primeiro posto, no distrito de Moçambique.*

RF – Cheguei lá de barco em 1942. Enjoei, vomitei, mas apesar disso foi uma boa experiência. Estes navios de cabotagem, transportando carga e passageiros, eram fundamentais na ligação entre as vilas e cidades costeiras onde se concentravam 90% da população dita não indígena.

MS – *Assim, sem preparação prévia?*

RF – Sem nenhuma preparação especial, sim. Fui para lá um garoto, mas levava os romances de Eça de Queiroz. A minha mãe tinha-me acumulado umas roupinhas, uns sapatos... uma malinha. Foi assim que comecei o meu contacto com o quadro administrativo local. Aliás, o contacto com o pessoal administrativo começou mal, logo a bordo. Viajava comigo um indivíduo de uma família conhecida. Era também aspirante, mas já provisório e mais velho do que eu (teria uns 25). Ao chegarmos à Ilha de Moçambique, já devia dinheiro no bar. O meu pai tinha-me dado 500\$00 e esse colega, na altura do desembarque, pediu-mos emprestados.

Na Ilha tinha à espera o chefe de posto, vindo do Mogincual, e que me tinha ido buscar no carro da Administração. Tinha má fama e estava com fixação de residência no Mogincual, por sanção disciplinar.

MS – *Como recorda o ambiente entre os colegas da administração?*

RF – As grandes distâncias, as péssimas estradas e o excesso de trabalho não eram

favoráveis à confraternização. Havia rivalidades, conflitos antigos, diferentes níveis de educação. Ainda conheci administradores com a 4.^a classe, antigos sargentos nas expedições militares da I Grande Guerra no Norte de Moçambique.

Convivia-se quando da entrega do imposto. O imposto cobrava-se ao longo do ano². No final de cada mês entregávamos a receita na repartição de Fazenda, na capital de distrito. Nesse tempo estava na Ilha de Moçambique e só mais tarde passaria para Nampula. A Ilha de Moçambique era na altura encantadora, muito povoada. Divertíamos-nos um pouco, bebíamos umas cervejas. Foi lá que contei o caso do colega que me pedira dinheiro a bordo e que já tinha um *curriculum* de calotes. Foi gargalhada geral: “*Olha, mais um que foi levado. Você nunca mais volta a ver os 500\$00!*”

MS – *O quadro administrativo era mais rigoroso no recrutamento que a Companhia de Moçambique?*

RF – Uma vez, durante o trabalho de recenseamento no Sul de Barué, resolvi visitar a Vila Paiva de Andrade, sede de uma circunscrição da Gorongosa e administrada pela Companhia de Moçambique, que estava a terminar o período da sua concessão³. Quando lá cheguei, o Administrador estava ausente. Foi o Secretário e a sua esposa que me receberam muito bem, com um excelente almoço, servido por empregados de luvas! Tive assim o primeiro contacto com o pessoal da Companhia de Moçambique. Eles, por pagarem melhor,

seleccionavam melhor o seu pessoal – se não prestasse, era sumariamente despedido. O Estado não podia dispensar desse modo os seus funcionários: os processos disciplinares eram muito burocráticos, demorados e ineficientes.

Julgo também indispensável fazer uma distinção entre os administradores que tinham ingressado como aspirantes e aqueles que tinham vindo da Escola Superior Colonial. Estes entravam logo para o quadro, sem concursos – primeiro como chefes de postos e depois sendo automaticamente promovidos às categorias de secretário e administrador. Viriam talvez mais bem preparados, mas sem qualquer experiência. E quanto ao comportamento não me pareceu que houvesse grandes diferenças. Conheci maus administradores sem o curso e vice-versa. Contava-se que muitos destes últimos, assim que concluía os estudos, procuravam logo saber quais eram as circunstâncias mais bem situadas, com melhor assistência médica e onde podiam receber maiores gratificações. Muitos já iam bem *informados*.

MS – *Como foram as suas primeiras impressões do Mogincual?*

RF – Havia só dois postos, o Quinga e Quixaxe, mas era elevada a densidade populacional. Havia também muitos islamizados, vestidos com o *cofió* branco e com uma túnica branca, tudo à maneira árabe.

Há setenta anos só o administrador tinha casa de alvenaria. Na administração anterior, servia de encarregado o secretário, com fama de duro. O administrador, doente, tinha sido um tipo bonzinho e isso já mostra a variedade de pessoas que havia no quadro. Seria até bonzinho demais, a ponto de os indígenas lhe darem um nome engraçado: “*mamurri-mananta*”,

² A actualização e a simplificação do chamado “imposto indígena” foram feitas pela Portaria Provincial (P. P.) 2153, Boletim Oficial (B.O.) n.º 52/33. O novo regulamento foi aprovado pela P. P. 6401, B.O. 33/46. O imposto indígena foi substituído pela “taxa pessoal anual” pelo Decreto-lei 1690 (nota do entrevistado).

³ A concessão terminou precisamente no ano de 1943, passando os seus territórios para a administração directa do Estado.

que significa coração de lesma! Os indígenas eram bons observadores dos funcionários. Pouco depois de estes tomarem posse do cargo, começavam logo a julgá-los – se eram bons ou maus, se gostavam de mulheres ou de beber. E com base nisso, arranjavam-lhes alcunhas. O administrador “coração de lesma”, quando havia litígios a resolver, limitava-se a aplicar ao culpado um insulto macua (“cão de merda”). Depois, adoeceu e faleceu. Ficou como encarregado o secretário, que tinha vindo da Metrópole, passando pelo Brasil. Deveria ter então quarenta anos de idade. Uma nota: viveu muitos anos com uma mulher mulata. Como sabe, depois da Reforma Administrativa⁴, os Serviços de Administração Civil adoptaram normas semimilitares: uniforme, continência à maneira militar, etc. Neste contexto, estavam proibidos os casamentos com mulheres mulatas ou estrangeiras. Eis a razão por que o secretário não vivia com a mulata na casa do Estado, mas numa casa que ele mesmo tinha alugado, com cobertura de colmo.

Em 1942, a casa do aspirante também era feita de barro amassado, com telhado de colmo. Arranjei um cozinheiro, que me preparasse as refeições. Já era muito para um jovem de 19 anos, que também não tinha muito dinheiro. Veja que eu, como interino, só ganhava dois contos. Por estas e por muitas outras dificuldades é que a maioria dos jovens que completassem o 7.º ano do Liceu preferia outros serviços públicos: Fazenda, Serviços Aduaneiros, Correios, etc.

MS – *Foi já depois de ter sido admitido como aspirante interino que concorreu para o quadro da Administração Civil?*

RF – Sim, já tinha sido colocado no Barué em 1943 quando fui à Beira participar no concurso para aspirante. Sabia dactilografia, mas não tinha carta de condução, que era exigida. Na Beira hospedei-me num hotel barato porque as lições da escola de condução e o exame oficial para obtenção da carta esgotaram as minhas economias. Só os jovens apurados para o serviço militar é que podiam entrar para o quadro administrativo. Os que tinham apenas o 5.º ano limitavam-se ao curso de sargentos e os que tinham o 7.º ano deviam terminar o curso de oficiais, o que era o meu caso. Aprendera também a dactilografar, o que era essencial.

O concurso era aberto no Boletim Oficial e abria para várias vagas. Por exemplo, dez candidatos concorriam a aspirantes para apenas três vagas. Os três primeiros classificados pelo júri eram imediatamente colocados. Desses, algum poderia depois ser promovido a chefe de posto, em substituição, por exemplo, de um que tivesse falecido ou reformado. Era assim, à medida que havia vagas, que o quadro se ia preenchendo. De acordo com o cabimento orçamental, o quadro administrativo tinha um número fixo de aspirantes, chefes de postos, secretários e administradores. Após a integração da Companhia de Moçambique – em que participei quando fui transferido para o Marromeu –, o número total de funcionários administrativos deveria atingir quinhentos.

Nos concursos, para além das provas escritas e orais, pesavam muito as informações de serviço dadas pelos superiores hierárquicos e que eram confidenciais. Essas informações incluíam uma parte reservada de classificação, que ia de “Muito Bom” a “Mau”. O processo de um candidato com uma informação de “Bom”, mesmo com boas provas escritas e orais ficaria atrás de outros candidatos com provas piores mas com informação de “Muito Bom”.

⁴ A Reforma Administrativa Ultramarina (R.A.U.) foi promulgada em 1933 pelo Ministro Armindo Monteiro.

Passei nesse concurso. Como para qualquer outro cargo da função pública, era obrigatório assinar um juramento declarando que não se pertencia a nenhuma organização antipatriótica. A fórmula era: *com activo repúdio do Comunismo e de todas as ideias subversivas*.

Fui nomeado pouco depois aspirante provisório. Note que tinha estado poucos anos como interino. Depois de admitidos no quadro tínhamos que ficar durante cinco anos como provisórios. Esse período era composto por dois anos iniciais, para avaliar a competência e a adaptação à função. Caso desse boas provas, era reconduzido por mais três.

MS – *A progressão fazia-se sempre por essa ordem?*

RF – A ordem foi depois corrigida. O normal seria aspirante, secretário, administrador de posto e administrador de circunscrição. Mas a hierarquia imposta pela R.A.U. que então vigorava era péssima – tudo era feito a partir do Ministério do Ultramar por funcionários que não conheciam a realidade de África. A categoria de chefe de posto foi criada imediatamente acima de aspirante. Isso dava como resultado que, quando chegava a oportunidade de administrar um posto, se ficava sozinho, mal preparado e com grandes responsabilidades. Os chefes de postos tinham quase poderes independentes! Algo importante era gozar de prestígio pessoal para se fazer respeitar diante dos indígenas. Aquele que não o tivesse era desconsiderado. Os indígenas admiravam quem sabia mandar, dar ordens certas. Tinham uma grande admiração pelos bons dirigentes, era algo que herdavam da hierarquia tradicional.

MS – *Depois de entrar no quadro, havia oportunidades para avançar rapidamente na hierarquia?*

RF – Eu tinha sido chamado três vezes ao serviço militar. Fiz primeiro o serviço normal, tive que passar pelo curso de sargento, pelo de oficiais e ainda por uma recruta para ter a patente de alferes. Ora, sendo oficial, beneficiei da vantagem de não necessitar de tempo de serviço como chefe de posto para ser admitido ao concurso para secretário. Mas, se não tivesse a patente de oficial, teria que prestar serviço como chefe de posto durante mais tempo. Só permaneci como chefe de posto durante alguns meses, mas depois de ser aprovado no concurso para secretário estacionei nessa categoria quase durante doze anos (de 1948 a 1959).

A experiência dos postos do “mato” – “Demos milhares de horas extraordinárias de trabalho ao Estado, que nunca foram pagas”

MS – *Nas administrações dos postos, como era o quotidiano dos funcionários?*

RF – Estávamos sobrecarregados pelo serviço. Salazar sempre quis fazer uma colonização barata. Não havia horários fixos. Você julga que aquilo era do género de entrar às 9h00, sair às 13h para almoçar, recomeçar às 14h00 para sair às 17h00? Ficávamos o dia inteiro na Administração, íamos a casa comer qualquer coisa e voltávamos rapidamente. Eu – e todos os outros – demos milhares de horas extraordinárias de trabalho ao Estado, que nunca foram pagas porque a Fazenda não tinha verba. Os requerimentos de férias, ajudas de custo e horas extraordinárias eram normalmente indeferidos por falta de verbas. A Fazenda

cumpria rigorosamente os orçamentos anuais.

Trabalhávamos frequentemente ao sábado, e ao domingo era obrigatório ir à Administração para a cerimónia de içar a bandeira nacional.

Como auxiliares, tínhamos os intérpretes e os auxiliares de recenseamento. Por vezes acumulavam com os encarregados do correio. Havia também enfermeiros.

MS – *No Mogincoal, chegou a prestar serviço em algum dos postos?*

RF – Fiquei na sede, porque os aspirantes não iam para os postos. Para ir para o posto eram precisos anos de administração ordinária. Os postos, portanto, não tinham aspirantes, só os chefes de posto.

Fiquei assim na sede, e com muito trabalho porque a burocracia administrativa era imensa. Havia sempre que dactilografar processos, relatórios. Eu passava o tempo a dactilografar, fazendo cópias com papel químico, aliás com dois químicos: uma cópia para o copiador, outra para o processo. Devíamos dactilografar os relatórios mensais, que o Administrador devia mandar ao Governador. Era tudo difícil sobretudo quando se efectuava o recenseamento (o arrolamento, em calão administrativo).

MS – *No entanto, muitos desses relatórios mensais dos postos pouco dizem: por exemplo, “estado de saúde – bom”; “colheitas – regulares”, etc.*

RF – Sim, sim, mas nem por isso deixava de haver muito trabalho. Veja-se a reforma administrativa e o que estava atribuído ao administrador quanto a tarefas: nada menos de setenta e nove, quase oitenta! Uma loucura que saía dos burocratas do Ministério em Lisboa. Eram esses funcionários de gabinete que imaginavam

tudo o que se devia fazer no mato africano. Tínhamos de arranjar as estradas, resolver os *milandos*⁵ – a Administração estava sempre cheia de *milandos* para resolver –, cobrar os impostos e fazer o respectivo recenseamento. Até fazíamos o registo civil dos “não-indígenas”! Apesar de tudo, nessa altura, os serviços funcionavam com mais rigor e eficiência do que presentemente.

Eu, para além de todo o trabalho de secretaria que tinha, também fazia o atendimento das concessões algodoeiras, que dava igualmente muito trabalho. Toda aquela região fazia parte de uma concessão algodoeira feita a Ferreira dos Santos⁶, que tinha vindo de Portugal com o saquinho às costas. Devido à guerra, rapidamente enriqueceu.

MS – *O que dificilmente aconteceria no quadro administrativo.*

RF – Olhe, tinha eu 22 anos quando num certo dia o Governador de Quelimane – na altura, o capitão Serpa Rosa, oriundo da Companhia de Moçambique – me chamou ao gabinete juntamente com o Administrador para saber porque se prolongava tanto o recenseamento. Lembro-me de lhe dizer, “*Sr. Governador, há três anos que não se faz o recenseamento. Estou a fazer o máximo que posso, a trabalhar de sol a sol, sem horários. Durmo em palhotas imundas com insectos, não tenho alimentação conveniente, não posso ir à vila para tratar dos meus assuntos, por exemplo, cortar o cabelo!*”.

Em Quelimane cheguei a partilhar uma “república” com vários rapazes, dentre

⁵ Processos de direito civil ou penal a julgar segundo o direito consuetudinário. Ver *infra*.

⁶ A circunscrição do Mogincoal situava-se dentro da concessão algodoeira feita à Companhia Agrícola e Comercial João Ferreira dos Santos, que dividia o litoral do distrito de Moçambique com a C.A.M. (Companhia dos Algodões de Moçambique).

os quais eu era o mais pobre. Os outros tinham vencimentos melhores: o terceiro-oficial de Fazenda, o desenhador da Câmara, o aspirante dos Correios e o empregado duma firma estrangeira.

MS – *O trabalho administrativo nos mercados algodoeiros consistia só em fiscalizar?*

RF – Sim, fiscalizar os empregados da concessionária algodoeira. Após a época de colheita do algodão realizavam-se diversos mercados do algodão porque as distâncias eram grandes. Os indígenas traziam o algodão numas armações feitas de caniços e cordas, dispostivos a que chamavam *cangarras*, que conservavam o algodão. Era algodão com caroço – o caroço era precioso por ser oleaginoso. O nosso trabalho de fiscalização era verificar se a companhia pesava bem e pagava o preço certo (pela tabela) e se o dinheiro que era pago também era o correcto. Nessa altura, devido à guerra⁷, havia uma enorme falta de trocos, não havia moedas. Lembro-me ainda que o BNU foi autorizado a imprimir uma espécie de cédulas, que se estragavam depressa.

MS – *A sua experiência dos outros postos, de outras circunscrições, foi idêntica?*

RF – Deixe-me esclarecer que éramos transferidos sem sermos consultados. Eu, por exemplo, estava convencido de que ficaria algum tempo no Mogincual, mas tal não aconteceu. De repente apareceu no Boletim Oficial, que semanalmente recebia, que o aspirante interino A. Rita Ferreira tinha sido transferido, por conveniência de serviço, para a circunscrição do Barué.

Nessa época toda a região desde o Zambeze até ao paralelo 22º pertencia

ainda à Companhia de Moçambique, a majestática que em breve iria expirar. A ideia era colocar-me em Vila Gouveia para depois, talvez, ser transferido para novas circunscrições que iam passar para o Estado. Na Companhia tinham legislação e métodos administrativos autónomos; eu e outros fomos iniciar os funcionários da Companhia que iriam permanecer ao serviço na aplicação das práticas administrativas usadas no resto de Moçambique.

Na sede do Barué o Administrador era um homem relativamente culto, mas demasiado conversador, o que prejudicava o serviço. Nunca me convidou para sua casa, embora estivesse lá o aspirante que fora transferido. Eu e o secretário tínhamos uma casa de alvenaria, com alguma mobília.

**Recenseamento e cobrança fiscal –
“Uma consequência muito positiva
era permitir conhecer melhor a terra
e os habitantes”**

MS – *No Barué já estava mais habilitado para as suas tarefas de terreno?*

RF – Não. Foi aí que fiz o meu primeiro recenseamento. Dias depois de chegar, disse-me o administrador: “*Senhor aspirante, prepare-se para daqui a quinze dias começar o recenseamento.*” Eu nem sabia o que é que era o recenseamento: não me tinham ensinado nada! Tinham-me falado apenas do Regulamento do Imposto Indígena.

Os artigos 311.º a 317.º da R.A.U. mandavam fazer o recenseamento para efeitos da cobrança do imposto e para registo de dados pessoais – por exemplo, dos inaptos para o trabalho. Para tal usavam-se uns impressos enormes, com uma quantidade de colunas onde constavam os nomes dos chefes de família, suas mulheres e filhos,

⁷ Como se depreende, a II Guerra Mundial (1939-1945).

ausências por trabalho ou por emigração, isenções, cabos de terra, etc. E eu tive que aguentar durante meses a viver em palhotas. Nem um guarda-chuva tinha – muito menos uma arma. Consegui um cozinheiro, comprei umas panelas, açúcar, sal, arroz. Carne era de galinhas.

Mas não sabia como havia de me movimentar. No Mogincual a administração ainda tinha *maxileiros*, mas quem me safou foi o Delegado de Saúde, que simpatizou comigo. Os Serviços de Saúde aproveitavam o recenseamento para fazer as vacinações. Isso era muito importante, sobretudo, contra a varíola. Como sabe, os africanos não eram imunes à varíola e a doença provocou a morte de milhares de pessoas.

MS – *A vacina era bem aceite pela população?*

RF – Claro que era, não havia problema quanto a isso, eles sabiam perfeitamente que a varíola era uma doença perigosa e mortal. Os enfermeiros estavam muito bem preparados e tinham muita experiência. Essa classe teve uma importância decisiva quando veio a independência. Lembra-se do que aconteceu ao Samora Machel? Ele reprovou no concurso para ajudante de enfermeiro. E foi após essa reprovação que aderiu ao movimento de libertação com as consequências que se conhecem.

Mas voltando ao médico: ele tinha um *push-car*, isto é, uma cadeira com duas alças para puxar e um pneu por baixo. Não havia estradas: eu ia para regiões totalmente afastadas da civilização.

MS – *As doenças eram ainda difíceis de controlar, no mato?*

RF – Havia um problema muito importante: a água. Tinha que ser bem fervida,

quando se lavavam as mãos e se tomava banho! Isto devido à bilharziose, uma doença muito perigosa que afecta todo o corpo, principalmente os rins, e que leva a urinar com sangue. Tive uma bilharziose. É uma doença fácil de curar, mas com injeções especiais que nunca havia *in loco*. Esse bacilo penetra pelos poros da pele e basta lavar as mãos e a cara num riacho contaminado para o contrair. Durante a guerra colonial, as nossas tropas foram mais derrotadas pela bilharziose do que pela Frelimo.

Devido ao problema da água, era preciso usar panelas e latas de cinco litros! No mato, o recipiente normal de transporte normal era a lata, até mesmo no comércio. A lata levava cinco litros e usava-se para tudo. Por exemplo, quando eu fui à Ilha de Moçambique, levava uma carta para o Ferreira dos Santos⁸ para pagar aos produtores de algodão. Ele agradeceu-me dizendo a um seu empregado: “*Dá aqui ao senhor aspirante uma caixa de gasolina.*” Era uma caixa de madeira, que continha duas latas, com dez litros cada uma.

O médico também me tinha recomendado quinino por causa da malária. Havia muitos mosquitos e eu creio que levei uma rede mosquiteira. Comecei a ter febres palúdicas, numa época em que era muito difícil arranjar quinino. Uma vez, mesmo doente, fui mandado fazer o recenseamento do posto da Macossa porque o chefe do posto gozava de uma licença graciosa. Nessa altura estava ainda a recuperar de uma crise de paludismo, mas tive de partir com o motorista da Administração. Andamos por aí uns cem quilómetros e fui o tempo todo sentado no chão com a cabeça sobre o banco, a vomitar. De vez em quando tinha que mandar parar o carro. Não sei como sobrevivi. Talvez porque, embora tenha nascido cá, cheguei a

⁸ O concessionário da zona algodoeira da região (ver nota 6).



Lourenço Marques com um ano de idade, o que me desenvolveu uma certa imunidade contra a malária. Fui picado muitas vezes em Lourenço Marques.

MS – *Levava ao menos uma tenda quando ia nessas operações?*

RF – Qual tenda? Tinha que dormir em palhotas. Os administradores levavam tendas quando tivessem que ir para o mato. Mas nós quase nada tínhamos. Como lhe disse, nem mesmo armas. Cada regulado ou os chefes dos grupos de povoações deveriam ter uma palhota preparada para quem viesse em serviço. Os engenheiros, os veterinários, os agrimensores tinham material para acampar.

MS – *Utilizou essas palhotas dos regulados?*

RF – Quando fiz o recenseamento em Quelimane, fiz uma coisa inédita. Naquela terra havia muitas plantações de coqueiros, milhões de coqueiros, das maiores plantações do mundo feitas por diversas companhias. Essas companhias ofereciam, na altura, boas casas aos seus empregados. Quando lá chegamos, para fazer o recenseamento, eles convidaram-nos como hóspedes. Não aceitei: queria independência e se eu lá ficasse passariam a ver tudo o que fazia. Portanto, insisti que queria a palhota destinada para esse efeito. Quando a vi, constatei que não estava arranjada – toda cheia de bichos! Pressionei o régulo da área, mas, como descobri que ao lado havia uma outra habitação bem arranjada, de alguém tido como mais ou menos importante, fiquei com ela. Para me instalar, mandei tirar os pertences do seu possuidor (sobretudo o milho) que foi depois queixar-se ao administrador.

MS – *Quem fazia parte da sua equipa de recenseamento?*

RF – Um sipaio e o auxiliar de recenseamento. O enfermeiro dispunha do seu próprio pessoal. O cozinheiro, bem entendido, não fazia parte da equipa. Trabalhava para mim com salário à minha conta.

MS – *E não levava intérprete?*

RF – Quem fazia de intérprete era o auxiliar de recenseamento. O intérprete estava normalmente na sede, ao serviço do Administrador.⁹ Na Macossa, contudo, pude contar com um intérprete, embora este andasse constantemente em batiques e fosse de pouca utilidade. Nesse posto tudo era pobre, sem um cozinheiro sequer!

⁹ Sobre os intérpretes, ver artigos 88.º a 90.º da R.A.U. (nota do entrevistado).

MS – *Fazer essas operações com sipaios tornava-se mais fácil?*

RF – Havia sipaios bons e maus. Geralmente gozavam de certa importância e prestígio local. Se, inicialmente, eram recrutados entre os melhores, depois passaram a funcionários públicos, com reforma a cargo do Estado¹⁰. O mesmo se passou com os intérpretes. Mesmo que acontecesse algo que o justificasse, o seu despedimento obrigava a um processo disciplinar. Além disso, os sipaios também eram poucos: no Barué, seriam entre dez e vinte. As espingardas da Administração usadas na cerimónia do içar da bandeira eram da I Guerra (*Kropatschek*), sem munições... uma vergonha! A farda também era péssima e andavam descalços.

Mais: muitos sipaios eram na altura desviados para serviços não militares: carpinteiros, pedreiros, etc. Por exemplo, quando a administração precisava de um carpinteiro, adestrava-se para esse efeito um sipaio que já não servisse para o policiamento. Quem era de facto importante para o policiamento eram os chamados *cabos de terra*, referidos na legislação como “auxiliares das regedorias”¹¹. Cada regedor tinha *cabos de terra*, que prestavam serviço de policiamento. Usavam um cofió vermelho e o cacete¹². Cada regulado era obrigado a mandar todos os meses um determinado número de *cabos de terra* para servir na administração: para além do policiamento, eram encarregados da limpeza, do transporte da lenha, das comunicações. Eram eles que levavam aos régulos as ordens verbais dos administradores e chefes de posto.

¹⁰ Sobre os “Auxiliares de Administração Civil”: 1.º regulamento: P. 5639, BO 31/44. 2.º Regulamento: Portaria 22 935, B.O. 19/70 (nota do entrevistado).

¹¹ Portaria Provincial 4789, B.O. 27/42 (nota do entrevistado).

¹² Diploma Legal 2215, B.O. 11/62 (nota do entrevistado).

MS – *Como era feita a orientação no terreno?*

RF – Era naturalmente preciso levar mapas e eu conhecia um agrimensor que me arranhou um do Barué. Mesmo sem mapas, sabia-se qual era o melhor trajecto a seguir, quais os melhores pontos para parar e para recensear a população entretanto concentrada. Antes, mandavam-se os régulos preparar o terreno. Os trajectos, as paragens, os locais de concentração não mudavam de ano para ano. Eram fixos. Muito dependia da densidade da população, do estado das picadas, se era uma área com muita ou pouca caça, se era ou não florestada, se havia ou não outros perigos, se havia ou não mosca tsé-tsé. Tudo isto tudo era muito importante no itinerário.

MS – *Quando fez este primeiro arrolamento, tinha algum conhecimento das línguas faladas no Barué?*

RF – No liceu não ensinavam línguas indígenas! Não havia gramáticas nem dicionários. Nós íamos compreendendo com o tempo, mas falar já era um pouco mais difícil. Por isso levávamos intérpretes.

MS – *O recenseamento obrigava à concentração dos residentes. Como era a reacção das populações?*

RF – Vou contar-lhe episódios do recenseamento no Barué há setenta anos, de quando andava de terra em terra a recensear as concentrações. Uma consequência muito positiva era permitir conhecer melhor a terra e os habitantes. Tentava naturalmente aproveitar ao máximo as noites para dormir, nos locais de concentração. Mas a multidão não só conversava como cantava e dançava! Era lindo! Os nativos do Barué tinham canções muito harmoniosas, acompanhadas com o ritmo

das palmas. Havia-as para velhos, para as mulheres que tivessem filhos às costas, para crianças. À noite também dançavam e cantavam ao ritmo de baterias de tambores. Mas, claro, ninguém conseguia dormir e cerca da meia-noite pedia que interrompessem – por vontade deles, a festa prolongava-se até de madrugada.

Não faltavam administradores de posto ou circunscrição que conseguissem transformar o recenseamento em grandes ocasiões festivas. Graças à contribuição braçal, construíam redes de “picadas” que permitiam o acesso motorizado aos regulados. Com a devida antecedência, mandavam ao régulo um grupo de sipais adiantados (um deles caçador¹³), com dinheiro para dar conhecimento da visita, limpar a palhota administrativa, mandar fabricar *pombel* [cerveja cafreal feita com milho fermentado], afinar os tambores, comprar cabritos, etc. Quando o administrador chegava na sua carrinha sempre operacional de Estado, era aclamado com gritos alegres e palmas cadenciadas. Antes de mim esse recenseamento fora feito por um aspirante, mais velho do que eu – e com mais posses –, que mandava sempre preparar um vaso enorme de *pombel* e comprava um cabrito para alimentação dos *machileiros*. Mas a administração não tinha verbas para me pagar estas despesas de diversão.

MS – *As concentrações eram normalmente feitas dentro ou fora das povoações?*

RF – Nas povoações dos chefes. Respeitava-se o itinerário que, pouco a pouco, fora otimizado pelas experiências anteriores.

MS – *Como era o procedimento do arrolamento?*

RF – Deviam ser todos identificados. Nem sempre era fácil atribuir idades. As raparigas apareciam todas com o tronco nu e calculava-se a idade pelos seios. Aliás, elas gostavam de ser consideradas já mulheres e respeitavam os complexos rituais de passagem da adolescência para a idade adulta. Como sabe, elas fazem a transição para a vida adulta com a menstruação. Quanto aos rapazes, para se saber se eram adultos ou não, levantavam o braço para mostrar a pilosidade das axilas.

MS – *As autoridades gentílicas também davam informações?*

RF – Sim, o régulo e os seus conselheiros. Eles é que confirmavam tudo. Íamos chamando os nomes pelo caderno antigo e eles diziam, por exemplo, “*esse já se mudou para outro régulo*”, ou “*esse já morreu*”. Apresentavam-se por famílias. Segundo a R.A.U., cada regulado era dividido em grupos de populações e em povoações.¹⁴

MS – *Na altura deste arrolamento do Barué em que participou, as mulheres ainda pagavam imposto?*

RF – Sim. Pouco depois foram isentas.

MS – *Os menores eram também arrolados?*

RF – As mães amamentavam durante dois anos, sempre com os filhos às costas. A criança era arrolada depois do desmame. Durante a amamentação a criança não tem nome, só o toma no fim da amamentação. Até lá, quando se perguntava como se chamava a criança, respondiam *kanasina*. *Kanasina* significa “não tem nome”.¹⁵

¹³ As populações adoravam ter carne em abundância e o caçador na cultura tradicional gozava de grande prestígio (nota do entrevistado).

¹⁴ Artigo 91.^o da R.A.U.

¹⁵ Artigo 315.^o da R.A.U.

MS – *Quanto tempo demorava uma operação de recenseamento?*

RF – Podia durar meses. Quelimane exigia um recenseamento longo por ter uma população de cerca de cem mil habitantes. Trabalhava-se de sola sol, visto que a população, concentrada, aguardava. Claro que havia funcionários que mandavam reunir a população e depois tardavam em aparecer. Sempre me preocupei com a gente que tinha saído da sua povoação para se concentrar ali, levando pouca comida. As pessoas estavam ansiosas por que a operação acabasse e pudessem regressar às suas casas o mais depressa possível. Enquanto ali estavam, conviviam, riam, dançavam e cantavam, mas queriam regressar. Não faltavam dificuldades: uma vez, acabaram-se os impressos de recenseamento e tive que mandar o cabo-de-terra buscá-los à Administração¹⁶.

MS – *A concentração organizada para o arrolamento podia também servir para fazer a cobrança?*

RF – Não, só se fazia o arrolamento. Podia acontecer que houvesse dificuldade na cobrança do imposto, mas não era aconselhável efectuar o recenseamento e a cobrança do imposto em conjunto¹⁷. Mas eu fiz isso em Quelimane. Como disse antes, Quelimane tem uma área muito densa e infelizmente nós tínhamos pouco pessoal na Administração Civil. O administrador era já uma pessoa idosa.

¹⁶ Uma situação em que se teria que esperar que percorresse dezenas de quilómetros.

¹⁷ Os chefes de posto deviam remeter ao administrador, no final de cada ano, os resultados do recenseamento. Os administradores elaboravam então um quadro estatístico contendo a totalidade da população indígena do concelho ou circunscrição. Esse quadro era directamente remetido à Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Lourenço Marques. Desse modo, os diversos serviços do Estado tinham sempre ao seu dispor dados demográficos actualizados. O censo geral da população era organizado, por décadas, pelos Serviços de Estatística (nota do entrevistado).

MS – *Por que razão não convinha fazer o recenseamento e a cobrança na mesma altura?*

RF – Não se podia andar com o dinheiro de um lado para o outro, pois não havia meio de o guardar. Uma vez em Quelimane, uma área pequena mas com muitos riachos, tive que usar uma canoa e levava bastante dinheiro. Em pleno rio a canoa quase virou e lembro-me de pensar no que faria a seguir para recuperar todo esse dinheiro! Não, não era aconselhável.

MS – *Fazia-se a cobrança nas povoações?*

RF – O ideal era sempre cobrar o imposto no regulado, para poupar tempo e percursos. Cobrava-se e trazia-se o dinheiro para a sede. Mas tudo dependia de meios disponíveis: se havia carro ou não, mecânicos – todas as administrações tinham ou deveriam ter mecânicos –, peças e até gasolina. Estávamos bastante limitados, tínhamos até que recorrer ao auxílio de particulares.

MS – *O imposto era sempre cobrado em dinheiro?*

RF – Nos territórios da Companhia da Zambézia até 1930, o imposto era pago metade em dinheiro, metade em trabalho. A contribuição braçal era legalmente limitada a uma semana por ano mas que não raramente era prolongada conforme as necessidades.¹⁸ Recordo-me de um governador da Beira, que tentou fazer uma estrada para o Sul, até ao Save. O administrador do Búzi recordou-lhe que, segundo a lei, os trabalhadores só podiam dar uma semana de trabalho, ao que ele respondeu:

¹⁸ A contribuição braçal indígena de uma semana por ano foi imposta pela P. 4963, BO 51/42. Duas décadas depois foi substituída por uma adição ao imposto domiciliário pelo D.L. 2186, BO 32/61.

“mas então como é que vamos arranjar mão-de-obra?” Havia quem cometesse excessos. Trabalhavam de graça para o Estado, sem comida e não raro usavam as suas próprias ferramentas: nem sequer lhes forneciam as enxadas!

MS – *Em que consistia o comprovativo de liquidação do imposto?*

RF – Havia uns blocos, picotados ao meio, fornecidos pela Fazenda e guardados no cofre. Uma parte dava-se ao contribuinte e a outra ficava connosco, como prova de que se tinha feito a cobrança.

Raramente havia fraudes. Conheci apenas um colega, admitido como aspirante no Sul do Save, que ficava com o dinheiro e dava aos contribuintes um papelinho em substituição. Foi depois que se veio a descobrir que ele andava lá a cobrar impostos e a desviar o dinheiro. Foi logo demitido e punido pelo Código Penal.

Remissos do imposto, recrutamentos e fugas – “Cada administrador procedia como achava melhor”

MS – *Como se procedia com os chamados remissos, os que não pagavam o imposto?*

RF – Eram condenados à prisão correcional.

MS – *Iam para as Obras Públicas?*

RF – Não, ficavam a trabalhar na Administração. O trabalho correcional – tal como chegou a ser sugerido pelo ministro Adriano Moreira – era impraticável. Exigia recursos que não existiam: guardas para os prisioneiros, correntes para não fugirem, alimentação, assistência médica e cadeias com um mínimo de equipamentos. Havia falta de água corrente, banheiros, chuveiros ou sanitas.

MS – *Alguma vez teve conhecimento de práticas como as que o Inspector Pinto Correia descreveu no distrito de Niassa durante a década de 1930, isto é, a utilização dos remissos em campos de trabalho – uma espécie de machambas¹⁹ colectivas com culturas obrigatórias?*

RF – Nunca ouvi falar disso. Como guardar essa gente, se fugia? *Machambas* para quê? Para depois vender o milho? Nunca vi tal coisa. Sabe, cada administrador procedia como achava melhor. Tínhamos que nos remediar com a crónica falta de verba porque tínhamos em conta a pressão dos governadores; mas, por outro lado, repito, havia as fugas. Fugas na ordem dos milhões se as calcularmos desde o início da ocupação efectiva. E porquê? Porque os indígenas desde o início viram que os ingleses eram mais permissivos, com melhores meios e organização e com mais direitos e vencimentos para os régulos. Os ingleses não procediam como nós. Quando precisavam de gente para arranjar a estrada, pediam voluntários. Não impuseram, como nós, que cada homem trabalhasse seis meses por ano. Sempre que havia proximidade de fronteiras e as populações não estavam satisfeitas, mudavam-se para a Rodésia do Sul, do Norte, Tanganica, Niassalândia, África do Sul. Uma quantidade muito significativa de homens aptos para o trabalho da região do Barué estava na Rodésia.

Veja as concessões algodoeiras. Quem as concebeu? O Ministro Vieira Machado. Ficou na História um seu famoso discurso na Câmara Municipal de Lourenço Marques: “*O preto tem que trabalhar. Não se pode permitir a vadiagem!*” Note-se que vadio era quem não trabalhasse seis meses por ano. E há uma decisão que sempre me confundiu. Cheguei a perguntar a pessoas

¹⁹ Campos cultivados.



desta região de Portugal²⁰ quantas cabeças de bovinos teria que se possuir para se ser considerado abastado. Todos me responderam que seria a partir de cinco. Mas em Moçambique, após essa célebre circular, o Governador-Geral determinou que só ficariam isentos do trabalho obrigatório de seis meses por ano *os que tivessem cinquenta vacas!* Quer dizer, alguém com 45 vacas também deveria oferecer-se para trabalho assalariado durante seis meses.

Os régulos – “Nós, sem a colaboração deles, não podíamos funcionar”

MS – *As autoridades tradicionais, os régulos, colaboravam satisfatoriamente durante essas operações fiscais e de recrutamento?*

²⁰ O entrevistado refere-se à região Oeste da Estremadura, onde reside.

RF – Sim, colaboravam bem. Tinham todo o interesse em colaborar. Caso contrário, seriam considerados incompetentes.

MS – *E tinham também uma percentagem da cobrança do imposto.*

RF – Sim, por lei.²¹ Eu também recebia uma percentagem, embora fosse uma quantia mínima. Em Angola davam-lhes uma percentagem pela produção de algo-dão, mas em Moçambique não. Quando lembraram ao Governador Bettencourt que em Angola se pagava essa percentagem, ele disse que em Moçambique não o admitia. O certo é que as concessionárias continuaram a pagar a percentagem mas sempre clandestinamente.

²¹ Artigo 94.º da R.A.U. Foi modificado seis vezes: P. 7284, BO 13/48; P. 9325, BO 18/52; P. 10 039, BO, 39/53; P. 10 211, BO 4/54; P. 10 836, BO 9/55; P. 13 834, BO 10/60 (nota do entrevistado).

MS – *As percentagens do imposto previstas administrativamente – para as autoridades tradicionais ou para os funcionários – eram pagas na sede da administração?*

RF – Não. Toda a receita ia para as Finanças, que depois distribuía as percentagens. Por exemplo, comigo aconteceu que já tinha sido transferido para outro posto quando recebi um ofício da Fazenda com o título de pagamento.

MS – *Que importância social mantinham os régulos?*

RF – No Barué, por exemplo, havia vários poderes: régulos, chefes dos grupos de povoações e o chefe da povoação. Esta orgânica gentílica foi mantida pela legislação²². Era em todo o caso algo de artificial, porque mesmo entre os régulos havia os que gozavam de prestígio e os que não tinham qualquer prestígio. Alguns eram alcoólicos, outros incompetentes, etc.

MS – *Havia régulos com legitimidade em todas as regiões?*

RF – Sim. Os reis do Barué tinham um prestígio enorme e conseguiram mobilizar o povo em duas guerras difíceis, 1902 e 1917. Após as derrotas, a maior parte da população fugiu com os régulos para a Rodésia.

MS – *Lembra-se de alguma vez a Administração ter tido intervenção na sucessão dos régulos ou dos chefes de povoação?*

RF – A intervenção foi feita no princípio do século XX, quando se terminou a “ocupação efectiva”. Após a publicação da R.A.U., em 1933, só havia intervenção do Estado em relação aos maus régulos, para

os tentar substituir. Mas mesmo aos maus régulos era difícil retirar os direitos que tinham herdado. A lei mandava respeitar a sucessão, isso de acordo com o direito consuetudinário. Portanto, não se podiam destituir os régulos, a não ser quando tivessem cometido alguma falta especialmente grave. Como solução extrema, substituía-se o régulo pelo seu herdeiro legítimo.

Um caso paradigmático, em que tive participação, foi o da sucessão do régulo do Chibuto, no vale do Limpopo. Segundo o direito consuetudinário *angune*, quando um régulo falecia sem deixar descendentes, a viúva tinha o poder de escolher um progenitor entre a família do falecido para lhe dar um filho varão, que seria então reconhecido como o herdeiro. No direito *tsonga*, aplicava-se nestes casos a instituição do levirato, isto é, a atribuição da viúva ao irmão mais novo do falecido; no direito *angune*, que de algum modo lhe estava próximo, a solução foi aproximada. Numa *banja*, os anciãos escolheram-lhe um reprodutor, mas este passou a dar-lhe maus tratos e, ainda para mais, só lhe nasciam crianças do sexo feminino. A viúva queixou-se e numa nova *banja*, que teve acta e a que assistiu o administrador da circunscrição, foi-lhe atribuído um outro marido, que desta vez procriou um filho varão. Chegado à idade adulta, e depois de ter passado algum tempo a trabalhar na África do Sul, o herdeiro reclamou o trono. Acontece que o anterior administrador, que tinha testemunhado o processo, fora transferido. O novo administrador, por nada entender de direito sucessório *angune*, recusou-se a reconhecê-lo: como poderia esse jovem pretender ser o herdeiro do falecido régulo se as datas (do falecimento deste e do nascimento daquele) não coincidiam? Desconhecia evidentemente a legitimidade política do pai biológico, atribuído pela *banja*, e fez

22 Artigos 8.º a 18.º do D.L. n.º 39 666, de 20/5/1954.

condenar ambos ao exílio, sob a alegação de que perturbavam a ordem pública. O jovem e o pai biológico não se conformaram, levaram o caso a instâncias superiores – teria havido mesmo uma carta directamente a Salazar – e o assunto passou para a Repartição dos Negócios Indígenas. Fui chamado a dar um parecer, favorável ao pretendente. Entretanto o administrador renitente fora também transferido e o seu sucessor, reconhecendo embora a legitimidade do jovem, foi também de parecer que seria politicamente errado substituir o então régulo – aliás uma mulher, que gozava de um prestígio considerável. A solução foi designar o pretendente como sucessor mas sem depor a régula. Este foi sem dúvida um dos casos mais paradigmáticos da complexidade do direito consuetudinário *angune* e dos problemas que poderia colocar à administração²³.

MS – *Os régulos colaboravam com a administração na resolução de questões jurídicas?*

RF – Sim. Era essencial que eles colaborassem; aliás, sem a colaboração deles, não podíamos funcionar. Dois deles, conforme combinação, deviam permanecer na Administração para participar na solução dos *milandos*.

O ideal era serem eles a resolvê-los, sobretudo os relativos a casamentos. Mais de 80% desses *milandos* eram litígios familiares. Veja nos diários de serviço como os *milandos* eram sobretudo questões de heranças, de casamentos, de divórcios, de filhos, de adultérios, etc. Levavam muito tempo a resolver. Era-nos difícil estudar o direito consuetudinário. Eu, pelo menos,

quando fui para Barué com 19 anos, nada sabia. Seria ótimo que houvesse monografias para estudar. Só agora sei algo sobre a história do Barué, mas porque estudei o que entretanto foi publicado.

O nosso sistema judicial era inadaptável! Nunca admitiu a adopção de códigos consuetudinários. Os ingleses e os sul-africanos há muito que tinham códigos civis e penais segundo os costumes de cada etnia. Em Moçambique, nomeou-se um magistrado para estudar um projecto de código civil e penal, mas não entrou em vigor porque os juizes novos não concordaram. Por isso, como disse, na administração tinham sempre que estagiar dois régulos. Alguns desses régulos eram verdadeiramente muito bons, inteligentes, com muito prestígio e competência para resolver os conflitos à maneira local.

MS – *Os casos de direito penal eram frequentes?*

RF – Em todas as circunscrições em que estive, era difícil passar um mês sem que houvesse homicídios. Aconteciam frequentemente no período da frutificação do caju e do canhe. Nesse tempo, havia milhões de árvores destas. Ao contrário do caju, que veio do Brasil, o canhe é uma planta endógena. Com canhe, até os elefantes se embebedam! Na época própria, o povo faz bebidas fermentadas e com as bebedeiras havia sempre assassinatos. Eram muito frequentes entre os macondes que, segundo o código consuetudinário, praticavam o empréstimo de mulheres. Esse compromisso de honra, se não fosse cumprido, dava origem a conflitos. Muitos dos homicidas fugiam para os territórios vizinhos.

Na Macanga perdi muito tempo com um caso de antropofagia em que o avô comeu o neto. Outro incendiou a palhota, matando a mulher e a sogra. Outro era um tarado

²³ Este caso seria, mais tarde, objecto de um estudo académico por parte do entrevistado: *Um interessante caso de sucessão entre os Changanas do Chibuto*. “Mem. Inst. Invest. Cient. Moçamb.” (L. Marques), 7, Série C (Ciências Humanas), 1965, pp. 129-134.

sexual que violava as raparigas, cortava-lhes o pescoço e deitava os corpos ao rio.

MS – *Diz que as autoridades administrativas ignoravam o direito consuetudinário, mas conhecem-se casos em que o Governo-Geral fez distribuir em vão inquéritos etnográficos para as circunscrições preencherem. Confirma que nos postos não havia muita disponibilidade para essas tarefas?*

RF – Como lhe disse, estávamos sempre sobrecarregados com trabalho. Trabalhava-se aos sábados e até aos domingos de manhã; saíamos de lá quase de noite, e quantas vezes não me levantei de madrugada para ir trabalhar? As cantinas tinham que ser fiscalizadas, as estradas reparadas depois das chuvas, etc.!

Osmilandos de homicídios, repito, faziam-nos perder muito tempo. Por exemplo, um caso de envenenamento sucedido na Macanga, envolvendo operários da Niassalândia. Neste protectorado havia muito pessoal qualificado. Recrutados por um particular vieram carpinteiros e pedreiros construir uma cantina. Depois um deles adoeceu e morreu com o medicamento dado por outro, considerado curandeiro. A lei exigia a autópsia, mas, como não havia ali médico, foi feita pelo enfermeiro. Os intestinos estavam cheios de gases e a morte tinha sido provocada por envenenamento. Houve que prender o curandeiro. O processo foi organizado como devia ser, mas, quando chegou ao Tribunal da Comarca de Tete, foi remetido para a Relação de Lourenço Marques. O juiz, baseado no nosso Código Penal, absolve o arguido. E porquê? Porque os intestinos não tinham sido submetidos a exame laboratorial – deveriam ter seguido num frasco com formol para o único laboratório de Moçambique, em Lourenço Marques! Como vê, o nosso complexo sis-

tema judicial nunca foi adaptado às condições locais.

MS – *No recrutamento de trabalhadores, até que ponto as autoridades administrativas também dependiam da colaboração dos régulos?*

RF – Cada administração recebia instruções do governo do distrito. É preciso ter em atenção os poderes dos governadores dos distritos. Por exemplo o governador de Tete, que era muito exigente, queria que as estradas de saibro estivessem sempre muito preparadas para altas velocidades. Mas como? Com a colaboração braçal dos nativos, durante o tempo que fosse necessário.

O Governador de distrito, na Beira, podia telegrafar para a Macanga, dando ordens para recrutar cem homens para as obras públicas, para o aeroporto da Beira ou para os caminhos-de-ferro. Creio até que mandava fornecer homens aos produtores de milho de Vila Pery (se não me engano), que eram os únicos com o seu grémio. Nós tínhamos que cumprir. Mas os serviços públicos nem davam alimentação suficiente, os salários eram reduzidos, só pagavam no fim do contrato e não prestavam assistência médica. Sendo portanto péssimos patrões, os indígenas não gostavam de trabalhar para os organismos públicos e preferiam os particulares. O que fazer então? Mandávamos os sipaios avisar os régulos. Régulos e sipaios entendiam-se muito bem, já se conheciam há muito tempo. Por outro lado, os régulos também não queriam perder o apreço das populações: tinham que as proteger como régulos pela Administração. Andavam ali sempre num jogo muito difícil.

MS – *Nesse equilíbrio difícil em que se encontravam os régulos, lembra-se de terem apresentado queixas à Administração –*



contra comerciantes, europeus ou indianos, ou empregados das companhias concessionárias?

RF – Os comerciantes indianos, sobretudo aqueles que conheci no Norte, eram muito melhores que os portugueses no relacionamento com os indígenas. Nunca me esqueci de um do Mogincoal, já de certa

idade, muito inteligente, que uma vez me disse: “*Sr. Aspirante, o que os pretos querem é boas palavras.*” Por isso é que os indianos eram muito melhores comerciantes.

Sim, havia queixas de régulos contra comerciantes portugueses que roubavam. Havia também comerciantes indianos que enganavam, mas faziam-no de maneira mais subtil.